Processo nº 214/2006

Data : 27 de Julho de 2006

- Assuntos:**
- Identificação do arguido
 - Identidade real
 - Prova vinculada
 - Reenvio não próprio
 - Revogação da sentença absolutória
 - Aplicação da pena
 - Princípio da garantia do duplo grau de jurisdição

Sumário

1. Qualquer arguido, nomeadamente no interrogatório judicial e no julgamento, fica obrigado de declarar, a sua identificação, e de declarar a verdadeira identificação. A não declarar incorrerá na responsabilidade criminal pela desobediência, e a não dizer a verdade incorreria a responsabilidade criminal pelas falsas declarações.
2. Não é lícito para o Tribunal afirmar, depois do julgamento feito, que não foi possível identificar o arguido, sob pena de um procedimento criminal ilícito ou nulo, pela falta das formalidades essenciais.

3. A declaração de identidade do arguido presume-se ser verdadeira, por estar sujeita a uma cominação de responsabilidade criminal: a falsas declarações sobre a identidade.
4. Havendo, para além da declaração do arguido sobre o seu nome, outras provas que poderiam servir para a formação da convicção do tribunal, tais como, em normais casos, o registo de impressões digitais, fotografia do arguido - prova documental, uma verdadeira prova vinculativa, cuja força probatória só pode ser afastada com fundamento da sua falsidade.
5. São prova vinculada os elementos fácticos de que se demonstra a pessoa que, naquelas circunstâncias de tempo, lugar e modo, apresentou para identificar-se o documento de viagem em causa e foi detida pela agente policial que a interceptou e após a sua identidade por escrito aquela pessoa que tinha sido constituída como arguida, pessoa essa que teria fisicamente identificada, mesmo que estivesse fora o conhecimento da sua identidade nominal real.
6. Revogando a decisão absolutória, não pode o Tribunal de recurso aplicar ao arguido, que devia ser condenado pela prática do crime acusado, uma pena concreta, sob pena de privar de um segundo grau de apreciação e de jurisdição na sindicância e reapreciação da pena.

O Relator,

Choi Mou Pan

Processo n.º 214/2006

Recorrente: Ministério Público

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da R.A.E.M.:

Nos autos de processo comum singular, CR2-05-0142-PCS a arguida A foi acusada da prática, em autoria material e na forma consumada, de dois crimes de falsas declarações sobre a identidade, p. e p. pelo n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 2/90/M, de 3 de Maio, com as alterações dadas pela Lei n.º 8/97/M, de 4 de Agosto.

Após o julgamento à revelia consentida, a arguida foi absolvida dos crimes acusados.

Inconformando com a decisão, recorreu o Ministério Público, que alegou para concluir que:

- “ 1. Padece a dita Sentença do vício de “erro notório na apreciação da prova”, prevista na al. c) do n.º 2 do artigo 400.º do CPPM.

2. Uma vez se verifica uma ilógica entre a matéria de facto dada como provada, matéria foi dada como não provada e no seu fundamento.
3. O vício é tão patente que não escape à experiência comum da pessoa normal.
4. A lei nunca exige uma identidade totalmente verdadeira do agente para iniciar o procedimento penal nem tão pouco como pressuposto de condenação.
5. Basta uma identidade tendente e capaz de reconhecer o autor do crime.
6. Exigência que é satisfeita com a verificação dos elementos identificativo com carácter absoluto, por exemplo, as impressões digitais do agente.
7. É o dever legal do agente de prestar declarações sobre a sua verdadeira identidade, com advertência legal das consequências criminais que podiam resultar caso se verificar a falsidade.
8. Já não é pressuposto de condenação uma exaustiva investigação dos elementos falíveis da identidade. (por exemplo: o nome, o estado civil, nacionalidade ou profissão)
9. No nosso entender, reúnem já, na acusação, os elementos básicos e necessários para a identificação da arguida **A**.

10. Consta ainda nos presentes autos fotografias e impressões digitais deixadas pela arguida com identificações diferentes.
11. Para o caso, não se verifica a falta de elementos necessários à identificação da arguida, ou dito de outra maneira, estão reunidos mais que suficiente elementos identificativos da arguida do que a lei exige.
12. Ao absolver a arguida da prática dos dois crimes de falsas declarações sobre a identidade, o Mmo Juiz violou, por errada interpretação, o disposto no artigo 12.º, n.º 1, da Lei n.º 2/90/M, de 3 de Maio, com as alterações dadas pela Lei n.º 8/97/M, de 4 de Agosto e o disposto nos artigo 50.º, n.º 3, al. b), artigo 129.º, n.º 2 (conjugado com n.º 4 do artigo 128.º), artigo 265.º, n.º3, al. a), e artº 323, nº1, todos são do CPPM.

* * *

In casu, salvo melhor opinião, entendemos que não existe dúvida quanto à identidade da arguida, daí que a arguida deve ser condenada pela prática de dois crime de falsas declarações sobre a identidade.

* * *

Violou, assim, a douta decisão o disposto no artigo 12.º, n.º 1, da Lei n.º 2/90/M, de 3 de Maio, com as alterações dadas pela Lei n.º8/97/M, de 4 de Agosto e o disposto nos artigo 50.º, n.º 3, al. b), artigo 129.º, n.º2 (conjugado com o n.º4 do artigo 128.º) , artigo 265.º, n.º3, al. a), artigo 323.º, n.º1, todos são do

CPPM, bem como violou o disposto na al. c) do n.º2 do artigo 400.º do CPPM.

* * *

Termos em que deve ser concedido provimento ao recurso e, em consequência, revogar-se a sentença recorrida, condenando-se a arguida **A** pela prática, em autoria material e na forma consumada, de dois crimes de falsas declarações sobre a identidade p. e p. pelo artigo 12.º, n.º1, da Lei n.º2/90/M, de 3 de Maio, com as alterações dadas pela Lei n.º8/97/M, de 4 Agosto.”

E ao recurso do Ministério Público, a arguida **A** respondeu, alegando que não existe vícios imputados pelo recurso, pugnando pela manutenção da decisão recorrida.

Nesta instância, a Digna Procurador-Adjunto apresentou o seu douto parecer que se transcreve o seguinte:

“Inconformando com a douta sentença proferida nos autos que decidiu absolver a arguida da prática de dois crimes de falsas declarações sobre a identidade p.p. pelo artº 12º nº 1 da Lei nº 2/90/M, o Ministério

Público vem interpor recurso, invocando os vícios do erro notório na apreciação da prova e do erro de aplicação do direito.

Acompanhamos, na sua essencialidade, as judiciosas considerações explanadas pelo Magistrado do MP na sua motivação do recurso.

Resulta dos autos que o Tribunal *a quo* deu como provados os factos acusados pelo Ministério Público referentes aos elementos objectivos do crime em causa, nomeadamente que a arguida prestou, em 17-10-2000 e 30-7-2003, as identidades diferentes da fornecida em 3-8-2004.

Ao mesmo tempo, o Tribunal *a quo* considerou não provados os restantes factos também constantes da acusação mas respeitantes aos elementos subjectivos do crime, mormente o dolo e a intenção com que a arguida agiu ao fornecer as identidades que não correspondem à verdade.

No entanto, tal como salienta o Magistrado do Ministério Público na sua motivação do recurso, a razão fundamental que levou à absolvição da arguida não assenta no facto de não ter provado os elementos subjectivos e objectivos do crime.

Como resulta da própria sentença recorrida (na parte respeitante à sua fundamentação), a absolvição da arguida deveu-se ao não apuramento dos verdadeiros elementos de identificação da arguida; e não obstante ter o Tribunal *a quo* concluído pela falsidade de pelo menos duas identidades declaradas pela arguida, é impossível determinar com segurança qual a identidade falsa, uma vez que os elementos fornecidos

nos anos de 2000 e 2003 têm o seu suporte nos documentos da RPC, que não foram submetidos ao exame para apurar a sua veracidade, o que levou o Tribunal *a quo* a ter dúvida sobre a verdadeira identidade da arguida e decidir absolvê-la ao abrigo do princípio de *in dubio pro reo*.

Daí que se nota a ilógica por parte do Tribunal *a quo*, tal como já foi demonstrado pelo Magistrado do Ministério Público.

E salvo o devido respeito, que é muito, não podemos concordar com o raciocínio seguido pelo Tribunal *a quo* que conduziu à absolvição da arguida.

Nos termos do artº 265º do CPPM, se durante o inquérito tiverem sido recolhidos indícios suficientes de se ter verificado crime e de quem foi o seu agente, o Ministério Público deve deduzir acusação contra aquele -nº 1.

Como se sabe, a acusação é um pressuposto indispensável da fase de julgamento e por ela se define e fixa o objecto do julgamento, referente tanto ao arguido como à matéria dos factos.

E não nos parece que o agente do crime só é determinado com o apuramento e a indicação da verdadeira identidade da pessoa.

A acusação deve conter, sob pena de nulidade, “as indicações tendentes à identificação do arguido” -al. a) do nº 3, o que exige que “da acusação devem constar todos os elementos necessários à identificação do

arguido e, pelo menos, o seu nome” (cfr. Germano Marques da Silva, Curso de Processo penal, III, pág. 114).

E “a expressão *indicações tendentes à identificação do arguido*, e não simplesmente identificação do arguido, pode afigurar-se de algum modo enigmática. Foi, porém, usada de caso pensado, visando resolver aqueles casos em que se não sabe ao certo qual é a identificação do arguido. Em tais casos a acusação descreverá as indicações que tiver ao seu dispor e que identifiquem o arguido: sexo, altura, peso, cor, idade aproximada e outras características, incluindo sinais particulares” (cfr. Maia Gonçalves, Código de Processo Penal, Anotado e Comentado, 14ª edição, pág. 572).

Daí resulta que o que a lei exige é a indicação de todos os elementos capazes de identificar o arguido e o que se importa é a “identificabilidade” do arguido, sendo assim que se fala da acusação contra uma pessoa determinável.

Como se sabe, para além dos elementos acima referidos, pode haver ainda outros, também capazes de identificar o arguido, como por exemplo, as impressões digitais.

Constata-se nos autos que foi através da confrontação das impressões digitais que se identificou como mesma pessoa a arguida com as identidades diferentes, como acontece nos casos similares e que é de conhecimento de todos nós, e se comprovou que a arguida prestou os diversos elementos de identificação.

Daí que, não obstante a não indicação por qualquer motivo deste elemento identificador da arguida na acusação, ele não pode deixar de ser considerado um elemento essencial e decisivo que torna a arguida determinável, independentemente do apuramento da verdadeira identidade da arguida.

Ora, nos termos da al. b) do n° 3 do art° 50° do CPPM, ao arguido é imposto o especial dever de “responder com verdade às perguntas feitas por entidade competente sobre a sua identidade e, quando a lei o impuser, sobre os seus antecedentes criminais”.

E conforme a disposição legal contida no n° 2 do art° 129°, conjugado com o n° 4 do art° 128° do CPPM, no primeiro interrogatório de arguido detido, este “é perguntado pelo seu nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, profissão, residência, número de documento oficial que permita a identificação, se já esteve alguma vez preso, quando e porquê e se foi ou não condenado e por que crimes, devendo ser advertido de que a falta de resposta a estas perguntas ou a falsidade da mesma o pode fazer incorrer em responsabilidade penal”.

Resumindo, é a obrigação legal do arguido responder, e responder com verdade, as perguntas feitas sobre a sua identidade, sob pena de incorrer em responsabilidade penal.

Constata-se nos presentes autos que, quando foi interrogada na Polícia de Segurança Pública em 3-8-2004 e depois de ter sido informada

sobre os direitos e deveres previstos no artº 50º do CPPM e advertida das consequências da falta ou falsidade da resposta sobre a sua identidade, a arguida prestou os seus elementos de identificação tal como indicados na acusação (fls. 17 dos autos),

Daí que se deve acusar a arguida por esta identificação, até porque é de “presumir” a sua veracidade, já que foi oferecida naquele circunstancialismo, com advertência solene da responsabilidade penal.

Não nos parece constar dos autos quaisquer elementos que indiciem a falsidade desta identidade, mesmo recorrendo aos passaportes utilizados pela arguida que contêm as suas identidades inicialmente oferecidas e ao não apuramento da veracidade dos mesmos.

Não podemos deixar de acrescentar que, tal como salienta o Magistrado do Ministério Público na sua motivação do recurso e é de conhecimento de todos nós, em relação aos documentos não emitidos pelas entidades competentes da RAEM, por exemplo emitidos pela Autoridade da R.P.C., enfrentamos a grande dificuldade prática em apurar se os mesmos são verdadeiros (destacando a situação chamada de falsidade intelectual), sendo de recorrer muitas vezes à própria entidade emissora para o efeito, o que demora muito tempo e não raramente o exame do documento é impossível por razão alheia à vontade dos órgãos judiciais da RAEM.

E mais, os documentos utilizados pela arguida que contêm as duas primeiras identificações já não estão na sua posse.

Concluindo, entendemos que o tribunal deve formar a sua convicção e tomar a decisão com base nos elementos de prova constantes dos autos, não podendo ir além disso, com recurso a uma hipótese que não tenha grande suporte nos autos.

E admite-se a eventual hipótese de que não é verdadeira a identidade pela qual foi acusada a arguida, mas sim uma daquelas prestadas anteriormente, ou até nem uma nem outra corresponde à verdade.

Daí que se compreende a preocupação manifestada pelo Tribunal *a quo* sobre a necessidade de apurar nos autos qual a verdadeira identidade da arguida.

No entanto e mesmo assim sendo, nunca seria de absolver a arguida da prática dos crimes de prestação de falsas declarações.

De facto, consta dos autos que estão em causa três identidades diferentes, reportadas à mesma pessoa, sendo apenas uma delas verdadeira.

Salvo o devido respeito, entendemos que, quando o juízo de culpabilidade formulado se tenha baseado na certeza de que certa pessoa, independentemente de estar ou não certa a sua identificação, praticou os ilícitos criminais, o tribunal deve proferir a sentença condenatória contra ela, não podendo absolvê-la invocando a incerteza quanto à sua identificação.

E se posteriormente vier a apurar a verdadeira identidade do arguido, pode-se proceder à correcção do erro cometido (cfr. *Ac. do ST J de Portugal, de 11-3- 1993, Colo Jur. I, 1, 212*).

De igual modo, “são correctas a acusação e a pronúncia de um arguido, conformes os elementos de identificação existentes na altura no processo, fornecidos por ele, embora falsamente” e “logo que conhecida a inexactidão da identificação apenas há necessidade de se proceder à rectificação no processo” (cfr. *Ac. do ST J de Portugal, de 3-10-1990, AJ, n° 12 e BMJ, n° 400 pág. 524*).

No caso *sub judice*, não obstante se estar perante um caso especial porque o crime acusado é exactamente o de prestação de falsa declarações sobre a identidade, parece-nos que o raciocínio acima demonstrado também serve para resolver o problema.

Assim sendo, cremos que a incerteza quanto à verdadeira identidade do arguido não pode assumir a relevância na medida em que impede a condenação do mesmo, embora acusado com uma identificação diferente.

Finalmente e quanto ao princípio *in dubio pro reo*, não podemos deixar de dizer que este princípio pode e deve ser invocado para fundamentar a decisão absolutória no caso de o tribunal ter dúvida quanto à prática do crime pelo arguido acusado.

No entanto, provado que a mesma pessoa, que foi acusada como arguida, prestou as identidades diferentes, sabendo que só uma delas corresponde à verdade, já não é sustentável a sentença absolutória proferida só com fundamento na incerteza do tribunal sobre a verdadeira identidade da arguida, invocando o princípio em causa.

Concluindo, se partilhássemos o entendimento e a lógica do Tribunal *a quo*, equivaleria a admitir a impossibilidade de prosseguir criminalmente, ou pelo menos a demora bastante em prosseguir, uma parte significativa das actividades ilícitas relacionadas com imigrantes ilegais, casos em que é sempre necessário proceder à comprovação, difícil e demorada, da identidade fornecida pelo próprio agente, porque tal só é possível através da colaboração das entidades competentes da RPC, o que compromete naturalmente a acção penal e a respectiva punição das mesmas condutas ilícitas bem como o combate ao fenómeno de imigração clandestina.

Eis o nosso parecer.”

Cumprе conhecer.

Foram colhidos os vistos legais.

À matéria de facto foi dada por assente a seguinte factualidade:

- Na manhã do dia 3 de Agosto de 2004, os agentes da PSP, ao proceder uma investigação junto do Apartamento XXX, situado na Rua XXX, encontrou a arguida.
- A arguida possuindo o passaporte da RPC nº XXX e permanecia legalmente em Macau, forneceu aos agentes de polícia os seus elementos de identificação: **A** (), nascida em Província de XXX em 12 de Abril de 1980, XXX, filha de XXX e XXX.
- Após a averiguação do arquivo, verificou que a arguida tinha utilizado outra identificação em Macau.
- Em 17 de Outubro de 2000, a arguida forneceu na PSP a seguinte identificação: **B**, nascida em XXX da Província de XXX em 16 de Junho de 1978, XXX, filha de XXX e XXX.
- Em 30 de Julho de 2003, a arguida forneceu na PSP a seguinte identificação: **C**, nascida em XXX da Província de XXX em 15 de Novembro de 1980, XXX, filha de XXX e XXX.
- A arguida é primário.

Não estão provados os seguintes factos:

- A arguida respectivamente em 17 de Outubro de 2000 e 30 de Julho de 2003 declarou, perante a PSP, as falsas identidades, com intenção de cobrir a sua identidade real, a fim de evitar a descoberta do seu registo em Macau e conseqüente procedimento criminal.

- A arguida agiu livre, voluntária e conscientemente, forneceu por duas vezes as falsas identidades à autoridade policial de Macau, sabendo que não se tratavam da sua identidade.
- A arguida tinha conhecimento de que a sua conduta viola a lei e seria punida por lei.

Na indicação da prova afirmou que a convicção do Tribunal é formada com base nos elementos constantes dos autos, na prova documental, nos depoimentos de testemunhas.

Conhecendo.

Está em causa a decisão absolutório do crime de falsar declarações sobre a identidade, por o Tribunal *a quo* ter entendido que não tinha certeza era verdadeira a declaração da arguida sobre a sua identificação, e que não está provada a sua verdadeira identificação, pelo que não se pode condenar a arguida pelo crime acusado.

Efectivamente, há duas questões que temos de clarificar:

Uma é a identificação da arguida enquanto está em juízo sob o julgamento pelos factos constantes da acusação, outra é a identificação que se constitui o objecto do julgamento.

1. Para a primeira, qualquer arguido, nomeadamente no interrogatório judicial e no julgamento, fica obrigado de declarar, a sua identificação, e de declarar a verdadeira identificação. A não declarar

incorrerá na responsabilidade criminal pela desobediência, e a não dizer a verdade incorreria a responsabilidade criminal pelas falsas declarações – artigo 128º e 323º do Código de Processo Penal.

Neste contexto, para os órgãos policiais e judiciais, ficam também obrigado de identificar o arguido, nomeadamente nos actos de detenção (artigo 238º do CPP), ou de constituição do arguido (artigo 47º do CPP), como nos actos de interrogatório, quer judicial (artigo 128º do CPP) quer não judicial (artigo 129º e 130º do CPP), de instrução (artigo 272º do CPP) e de julgamento (artigos 310º, 313º e, o mais importante, artigo 323º do CPP) .

Não é lícito para o Tribunal afirmar que não foi possível identificar o arguido, sob pena de um procedimento criminal ilícito ou nulo, pela falta das formalidades essenciais (artigo 106 e 107º do Código de Processo Penal e outras nulidades previstas no Código).

Noutra banda, relativamente aos actos do Ministério Público, o Código prevê expressamente, na al. a) do nº 3 do artigo 265º do CPP, que a acusação deve conter, sob pena de nulidade, “as indicações tendentes à identificação do arguido”, o que exige que “da acusação devem constar todos os elementos necessários à identificação do arguido e, pelo menos, o seu nome”.¹

Para Maia Gonçalves, “a expressão *indicações* tendentes à identificação do arguido, e não simplesmente identificação do arguido, pode afigurar-se de algum modo enigmática. Foi, porém, usada de caso pensado,

¹ Cfr. Germano Marques da Silva, Curso de Processo penal, III, pág. 114.

visando resolver aqueles casos em que se não sabe ao certo qual é a identificação do arguido. Em tais casos a acusação descreverá as indicações que tiver ao seu dispor e que identifiquem o arguido: sexo, altura, peso, cor, idade aproximada e outras características, incluindo sinais particulares”.²

Caso seja de aceitar a afirmação do Mm^o Juiz *a quo*, diremos que, ao dizer não ser possível identificar a arguida, já está a admitir ter procedido um julgamento ilícito, por não ter identificar o arguido que esteve sujeito ao julgamento (mesmo que estivesse à revelia).

2. Para a segunda, estamos na questão de fundo, ou o objecto do julgamento: se era verdadeira a declaração da arguido sobre a sua identidade.

Como acima se referiu, a declaração de identidade do arguido presume-se ser verdadeira, por estar sujeita a uma cominação de responsabilidade criminal: a falsas declarações sobre a identidade.

Por outro lado, podendo embora o Tribunal pôr em dúvida sobre da sua veracidade, dos autos como prova não se encontra apenas esta declaração, havendo ainda outras provas que poderiam servir para a formação da convicção do tribunal, tais como, em normais casos, o registo de impressões digitais, fotografia do arguido – prova documental, uma verdadeira prova vinculativa, cuja força probatória só pode ser afastada com fundamento da sua falsidade – 366^o do Código Civil.

² Cfr. Maia Gonçalves, Código de Processo Penal, Anotado e Comentado, 14^a edição, pág. 572.

Partindo da premissa errada, por ter entendido a arguido só se identificar em conformidade com a declaração do seu nome, nomes dos pais e a residência, o Tribunal *a quo* chegou assim a conclusão errada, por via de, ao apelo indevidamente à experiência comum, julgar a causa contra a prova vinculada.

O que interessa saber é que era exactamente aquela pessoa que, naquelas circunstâncias de tempo, lugar e modo, apresentou para identificar-se o documento de viagem em causa e foi detida pela agente policial que a interceptou e após a sua identidade por escrito de fl. 2 e aquela pessoa que tinha sido constituída como arguida (fl. 8), pessoa essa que teria fisicamente identificada, mesmo que estivesse fora o conhecimento da sua identidade real.

Pois, há várias formas a identificar uma pessoa e a pessoa não só pode ser identificada pelo nome.

Nesta conformidade, a sentença incorreu no erro de julgamento de matéria de facto sobre a identidade da arguida.

Sobre a questão idêntica, já tivemos oportunidade de pronunciar no recente acórdão de 13 de Julho de 2006 no processo n° 251/2006, em que se consignou que, “daqui que se tenha dito que, essencialmente, a questão prende-se com a identificação da pessoa que cometeu o crime e não propriamente de um erro na apreciação das provas, sendo certo que não deixa de haver elementos que razoavelmente, se necessário, em última análise, podem certificar quem é a pessoa que cometeu o crime, mesmo que

se venha a provar que cometeu falsas declarações”, e que “[n]ão é de absolver o arguido que, devidamente advertido das consequências sobre eventuais falsas declarações, se identificou de uma dada forma, havendo nos autos meios que permitam em última análise identificar qual o verdadeiro autor do crime cometido, em particular, por via das impressões digitais”.

Creemos ser de manter esta consideração para a decisão do presente caso.

Embora nos autos não foi juntado o registo das impressões digitais da arguida, não deixa de ter elementos suficientes para a identificação da mesma, pois a autoridade policial tinha procedida a averiguação das impressões digitais da arguida (fl. 19), razão pela qual, não é de reenviar para novo julgamento sobre a matéria de facto, por estar-se-ia em condições de proceder a uma decisão condenatória.

E tal como o decido no citado acórdão do processo nº 251/2006, não será condenada a arguida na pena concreta por Tribunal de recurso, para que não ficasse privada de um segundo grau de apreciação e de jurisdição na sindicância e reapreciação da pena que lhe viesse a ser aplicada, “segue-se o entendimento que vai no sentido de possibilitar uma reapreciação da pena, solução mais garantística e apadrinhada pelo artigo 14º nº 5 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos”.

E adoptando-se também o modo de “reenvio” concertado naquele acórdão que nós tirámos, perante a situação especial deste tipo do processo, *“poder-se-ia reenviar o processo para esse efeito ao mesmo juiz, mas parece um tanto forçado, ainda que no cumprimento de uma decisão de um Tribunal Superior dentro do processo, obrigar um juiz que absolveu um arguido a aplicar-lhe uma pena, tanto*

mais que lhe pode ser difícil colocar-se agora num quadro de culpabilidade e de critérios punitivos quando ele já se pronunciou no sentido da absolvição. Pelo que se opta pela baixa do processo para aplicação de uma pena, a realizar por um Tribunal Colectivo em que não intervenha o mesmo Juiz”.

Ponderado resta decidir.

Pelo exposto, acordam neste Tribunal de Segunda Instância em conceder provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público, revogando a sentença recorrida nos exactos termos acima consignados.

Sem custas por não serem devidas. Atribui-se à Ilustre Defensor oficiosa a remuneração de MOP\$600,00, a cargo do GPTUI.

Macau, aos 27 de Julho de 2006

Choi Mou Pan

João A. G. Gil de Oliveira

Lai Kin Hong